

Códigos	Estabelecimentos de educação/concelhos/zonas pedagógicas
31 03 501	STEDA, Santa Maria Maior.
31 03 502	STEDI/Quinta do Leme, Santo António.
31 03 503	STEDI/Colégio Esperança, São Pedro.
31 03 504	STEDM, São Roque.
31 03 505	STEDV, São Pedro.
31 03	Concelho do Funchal.
31 04 101	EB1/PE de Água de Pena.
31 04 102	EB1/PE do Caniçal.
31 04 103	EB1/PE dos Maroços.
31 04 104	EB1/PE da Ribeira Seca.
31 04 105	EB1/PE de Machico.
31 04 106	EB1/PE do Serrado.
31 04 107	EB1 de Santo António da Serra.
31 04 203	EB1, 2, 3 do Porto Cruz.
31 04	Concelho de Machico.
31 05 101	EB1/PE do Carvalhal e Carreira.
31 05 102	EB1/PE do Lombo dos Canhas.
31 05 103	EB1/PE do Vale e Cova do Pico.
31 05 104	EB1/PE da Madalena do Mar.
31 05 105	EB1/PE da Lombada.
31 05 106	EB1/PE do Lombo de São João.
31 05 109	EB1/PE da Ponta do Sol.
31 05	Concelho da Ponta do Sol.
31 06 104	EB1/PE do Seixal.
31 06 105	EB1/PE de Porto Moniz.
31 06	Concelho de Porto Moniz.
31 07 101	EB1/PE da Corujeira.
31 07 102	EB1/PE do Campanário.
31 07 103	EB1/PE do lugar da Serra.
31 07 105	EB1/PE da Fajã da Ribeira.
31 07 106	EB1/PE de São Paulo.
31 07 107	EB1/PE do Lombo de São João.
31 07 109	EB1 da Ribeira Brava.
31 07 110	EB1/PE da Serra d'Água.
31 07 111	EB1/PE da Bica de Pau.
31 07 112	EB1/PE da Tábua.
31 07	Concelho da Ribeira Brava.
31 08 101	EB1/PE da Nogueira.
31 08 102	EB1/PE da Camacha.
31 08 104	EB1/PE do Rochão.
31 08 105	EB1/PE das Figueirinhas.
31 08 106	EB1/PE do Caniço.
31 08 107	EB1/PE Dr. Clemente Tavares.
31 08 109	EB1/PE de Santa Cruz.
31 08 110	EB1/PE da Terça de Cima.
31 08 111	EB1/PE da Assomada/Tendeira.
31 08	Concelho de Santa Cruz.
31 09 101	EB1/PE do Arco de São Jorge.
31 09 103	EB1/PE do Faial.
31 09 104	EB1/PE do Lombo de Cima.
31 09 106	EB1/PE de Santana.
31 09 107	EB1/PE do Caminho Chão.
31 09 108	EB1/PE de São Jorge.
31 09 109	EB1/PE de São Roque do Faial.
31 09	Concelho de Santana.
31 10 102	EB1/PE da Boaventura.
31 10 103	EB1/PE de Ponta Delgada.
31 10 106	EB1/PE de São Vicente.
31 10 107	EB1/PE de Vila de São Vicente.
31 10	Concelho de São Vicente.
32 01 101	EB1/PE da Camacha.
32 01 102	EB1/PE do Campo de Baixo.
32 01 103	EB1/PE do Porto Santo.
32 01	Concelho do Porto Santo.
50	Funchal.
60	Santa Cruz.
70	Câmara de Lobos.
80	Ribeira Brava.
90	Ponta do Sol.
100	Calheta.
110	São Vicente.
120	Porto Moniz.
130	Machico.
140	Santana.
150	Porto Santo.

## 2.º e 3.º ciclos dos ensinos básico e secundário

Códigos	Estabelecimentos de ensino/concelhos/zonas pedagógicas
31 01 201	EBS da Calheta.
31 01 202	EB1, 2, 3/PE Prof. Francisco Manuel Santana Barreto.
31 01	Concelho da Calheta.
31 02 201	EB2, 3 da Torre.
31 02 202	EB2, 3 do Estreito de Câmara de Lobos.
31 02 203	EBS do Carmo.
31 02	Concelho de Câmara de Lobos.
31 03 201	Escola Secundária de Jaime Moniz.
31 03 202	Escola Secundária de Francisco Franco.
31 03 203	EB2, 3 de Bartolomeu Perestrelo.
31 03 204	EB3 do Funchal.
31 03 205	EB2, 3 dos Louros.
31 03 206	Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto Silva.
31 03 207	EBS Gonçalves Zarco.
31 03 208	EB2, 3 Dr. Horácio Bento de Gouveia.
31 03 209	EB1, 2, 3 de Santo António.
31 03 211	EB2, 3 de São Roque.
31 03	Concelho do Funchal.
31 04 201	EBS de Machico.
31 04 202	EB2, 3 do Caniçal.
31 04 203	EB1, 2, 3 do Porto da Cruz.
31 04	Concelho de Machico.
31 05 201	EBS de Ponta do Sol.
31 05	Concelho de Ponta do Sol.
31 06 201	EBS de Porto Moniz.
31 06	Concelho de Porto Moniz.
31 07 201	EBS Padre Manuel Álvares.
31 07 202	EB2, 3 Cónego João Jacinto Gonçalves de Andrade.
31 07	Concelho da Ribeira Brava.
31 08 201	EB2, 3 do Caniço.
31 08 202	EBS de Santa Cruz.
31 08 203	EB2, 3 Dr. Alfredo Ferreira Nóbrega Júnior.
31 08	Concelho de Santa Cruz.
31 09 201	EBS Bispo D. Manuel Ferreira Cabral.
31 09	Concelho de Santana.
31 10 201	EBS D. Lucinda Andrade.
31 10	Concelho de São Vicente.
32 01 201	EBS Prof. Doutor Francisco Freitas Branco.
32 01	Concelho do Porto Santo.
50	Funchal.
60	Santa Cruz.
70	Câmara de Lobos.
80	Ribeira Brava.
90	Ponta do Sol.
100	Calheta.
110	São Vicente.
120	Porto Moniz.
130	Machico.
140	Santana.
150	Porto Santo.

## MAPA VI

Códigos	Educação, nível/ensino
EI	Educação pré-escolar.
1C	1.º ciclo do ensino básico.
2C	2.º ciclo do ensino básico.
3C	3.º ciclo do ensino básico.
SE	Secundário.

## TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO

**Despacho (extracto) n.º 9164/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 4 de Abril de 2006 do Presidente do Tribunal da Relação do Porto:

Amélia Moreira da Silva Morais, escritvã auxiliar (escalon 4, índice 450) da 1.ª Secção Judicial deste Tribunal — autorizado o exercício de funções em regime de substituição como escritvã de direito (escalon 1, índice 510) da mesma secção, desde 19 de Setembro de

2005 até ao regresso da titular ou qualquer alteração que se entenda conveniente.

Margarida Maria Martins Moreira da Costa, escritvã-adjunta (escalação 1, índice 510) da 2.ª Secção Judicial deste Tribunal — autorizado o exercício de funções em regime de substituição como escritvã de direito (escalação 2, índice 540) da mesma secção, desde 10 de Outubro de 2005 até ao regresso do titular.

José Manuel Jesus Lopes, escritvã-adjunto (escalação 2, índice 395) da 4.ª Secção Judicial deste Tribunal — autorizado o exercício de funções em regime de substituição como escritvã de direito (escalação 1, índice 510) da mesma secção, desde 23 de Novembro de 2005 até regresso da titular ou qualquer alteração que se entenda conveniente.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Os encargos são suportados pelo Orçamento do Estado.)

10 de Abril de 2006. — O Presidente, *Correia de Paiva*.

## TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE SINTRA

**Anúncio n.º 69/2006 (2.ª série).** — *Processo n.º 256/06.5BESNT.* — Ana Celeste Catarilhas da Silva Evans de Carvalho, juíza de direito do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, Unidade Orgânica 1, faz saber que nos autos de acção administrativa especial (pretensão conexa com actos administrativos), registados sob o n.º 256/06.5BESNT, se encontram pendentes no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, 1.ª Unidade Orgânica, em que são autoras Isabel Cristina Martins Sobral Estácio e Sara de Jesus Catalão Velez e entidade demandada o Ministério das Finanças e da Administração Pública, cujo objecto do pedido consiste em impugnação do despacho de 26 de Julho de 2005 do director-geral da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE) e dos despachos de 20 de Janeiro de 2006 do Secretário do Estado Adjunto e do Orçamento, faz ainda saber que são os interessados citados para, no prazo de 15 dias, se constituírem como contra-interessados no processo acima indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 82.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Uma vez expirado este prazo, os contra-interessados, que como tal se tenham constituído consideram-se citados para contestar, no prazo de 30 dias, a acção acima referenciada pelos fundamentos constantes da petição inicial, cujo duplicado se encontra à disposição na secretaria, com a advertência de que a falta de contestação ou a falta nela de impugnação especificada não importa a confissão dos factos articulados pelo autor, mas o Tribunal aprecia livremente essa conduta, para efeitos probatórios.

Na contestação deve deduzir, de forma articulada, toda a matéria relativa à defesa e juntar os documentos destinados a demonstrar os factos cuja prova se propõe fazer.

Caso não lhe seja facultada, em tempo útil, a consulta ao processo administrativo, disso dará conhecimento ao juiz do processo, permitindo-se que a contestação seja apresentada no prazo de 15 dias contado desde o momento em que o contra-interessado venha a ser notificado de que o processo administrativo foi junto aos autos.

É obrigatória a constituição de advogado, nos termos do artigo 11.º, n.º 1, do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

O prazo acima indicado é contínuo; terminando em dia em que os tribunais estejam encerrados transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Vêm indicados como contra-interessados:

Ana Paula de Sousa Tavares de Abreu.  
 Maria de Fátima Gomes Pereira Afonso.  
 Maria Graciete Alexandre Rosa.  
 Laura Odete Moleirinha Calaio.  
 Maria de Jesus Azevedo Alberto Monteiro.  
 Maria Hortense de Assunção Mateus.  
 Ernesto Tavares Dias.  
 Meherbanu Kassamali Mamade Pirbhai.  
 Maria Inês Serra Matias.  
 Alda Maria da Fonseca Gonçalves.  
 Maria Helena da Cruz Cardoso Relvas.  
 Carla Sofia Bastos de Sousa Marques.  
 Sónia Cristina de Ascensão Algarvio.  
 Maria do Céu Andrade da Costa Teixeira.  
 Nuno Alexandre Granha Fernandes.  
 Maria Vilma Ferreira de Oliveira Bispo da Silva.  
 Arminda da Conceição Cavaco Pica Calheiros.  
 Cláudia Alexandra Alves Aleixo.  
 Fedra Mara Lagarteira de Arêde.  
 Fernanda Cristina Pires Trigo.  
 Ana Bela Antunes Vasconcelos.  
 Irene Maria Bento António Costa.  
 Helena Margarida de Moura Sengo.  
 Maria de Lurdes Marques Santos Quitério.

Anabela Almeida Rosado.  
 Luís Miguel Ferreira Vieira Martins dos Reis.  
 Susana Maria da Silva Oliveira.  
 Maria João do Carmo Teixeira Madeira.  
 Maria Emília da Silva Dias Riquezo Antunes.  
 Sílvia Cristina Ribeiro Mendes.  
 Carla Maria de Fátima Martinho Pombo.  
 Inês Patrícia Hilário Moraes Mendes de Assunção.  
 Helena de Jesus Santos.  
 Maria do Rosário Guerreiro Alves.  
 Rosa Maria Rodrigues Mourato Cândido.  
 Sandra Maria Garcês Tavares de Melo Mendes Rodrigues.  
 Paula Cristina Ramalho do Carmo Guia.  
 Eloísa Maria da Silva Neves.  
 Maria de Lurdes Dias Ferreira Liz.  
 Vera Lúcia Lameira de Jesus.  
 Emanuel João Dias Lopes.

Todos com domicílio profissional na Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), Praça de Alvalade 12, em 1748-001 Lisboa.

7 de Abril de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Celeste Catarilhas da Silva Evans de Carvalho.* — O Escrivão-Adjunto, *Manuel António Almeida Baptista Pina.*

## UNIVERSIDADE ABERTA

### Reitoria

**Aviso n.º 4950/2006 (2.ª série).** — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho reitoral de 17 de Outubro de 2005, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* concurso interno de acesso geral, com vista ao preenchimento de três lugares na categoria de assessor, da carreira técnica superior, de dotação global, do quadro de pessoal não docente da Universidade Aberta.

2 — Bolsa de emprego público — o presente aviso será inscrito (registado) na bolsa de emprego público (BEP) no prazo de dois dias úteis após a publicação no *Diário da República*, nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril.

3 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de Março: «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

4 — Validade do concurso — o concurso visa exclusivamente o preenchimento das vagas acima mencionadas, caducando com o seu preenchimento.

5 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;  
 Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;  
 Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;  
 Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho;  
 Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;  
 Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril;  
 Despacho n.º 12 646/2005, de 17 de Maio.

6 — Conteúdo funcional — ao lugar a preencher correspondem funções consultivas de natureza científica e técnica, exigindo um elevado grau de responsabilidade, iniciativa e autonomia, no domínio da área de planeamento, administração e gestão na área académica, apoio e aconselhamento de estudantes e apoio à actividade docente e de investigação e à prestação de serviços à comunidade.

7 — Remuneração, condições de trabalho e regalias sociais — a remuneração a auferir será a resultante da aplicação do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, 11 de Junho, sendo as condições de trabalho e demais regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.